

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Kátia Renata dos Santos

**A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO ENQUANTO ORIENTADOR DO TRABALHO
PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Belo Horizonte

2015

Kátia Renata dos Santos

**A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO ENQUANTO ORIENTADOR DO TRABALHO
PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a. Maria Carolina da Silva Caldeira

Belo Horizonte

2015

Kátia Renata dos Santos

**A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO ENQUANTO ORIENTADOR DO TRABALHO
PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Múltiplas em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Prof^a. Maria Carolina da Silva Caldeira

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Maria Carolina da Silva Caldeira – Faculdade de Educação da UFMG

Prof.^a. Doutora Lívia Maria Fraga – Faculdade de Educação da UFMG

RESUMO

O trabalho desenvolvido traz reflexões sobre o currículo enquanto orientador do trabalho pedagógico na instituição de Educação Infantil Umei Juliana, da rede pública municipal da região norte de Belo Horizonte. Ao considerar que o currículo não se limita a uma seleção de conteúdos do que se deve trabalhar, a reflexão que se faz nesta pesquisa busca ampliar seu conceito a partir de uma visão mais crítica apontada por alguns autores como: Bujes (2001), Barbosa (2002) Kramer (2002), Moreira; Silva (2002), Sacristan (2010). Nesta pesquisa são apresentadas algumas definições de currículo e como este foi assumindo um papel de extrema relevância na educação infantil. No desenvolvimento do estudo foi aplicado um questionário para algumas professoras da instituição, com o intuito de analisar o papel que elas atribuem ao currículo e averiguar de que forma são conduzidas suas práticas sem um documento norteador, já que na instituição pesquisada não existe um currículo escrito. Os resultados da pesquisa são apresentados através das reflexões sobre a importância do currículo enquanto orientador das práticas educativas, mas, sobretudo como um instrumento pelo qual se constrói a identidade da escola. Com base nos resultados dos questionários, foi realizada uma reunião pedagógica que teve como objetivo apresentar essa concepção de currículo, visando o início de um processo de construção do currículo na UMEI Juliana.

Palavras-chave: Currículo, Educação Infantil, Práticas Pedagógicas

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	6
2. CURRÍCULO: ALGUMAS DEFINIÇÕES.....	9
2.1 Currículo na educação infantil	11
3. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	15
4. O LUGAR DO CURRÍCULO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS	19
5. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	22
6.METODOLOGIA	24
7. ANÁLISE DOS DADOS E O PLANO DE AÇÃO	25
7.1 Análise dos questionários	25
7.2 Plano de ação	28
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	36

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil cada vez mais vem se mostrando como uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento de crianças de zero a cinco anos. É isso se deve a mudanças significativas tanto na compreensão da sua importância social e política, quanto na mudança de concepção de criança e do processo de aprendizagem e desenvolvimento.

A criança é vista hoje como sujeito histórico, cultural e social, que se apropria ativamente de costumes, valores, linguagens e conhecimentos presentes no seu grupo social. Possui uma natureza singular e se relaciona com o mundo de maneira própria e particular, conforme apontam Amorim; Dias (2012).

Entretanto, cabe às instituições de educação infantil fazer com que as crianças se desenvolvam de forma integral. Conforme é definido no artigo 29 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996),

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, LDBEN, 1996)

Sendo assim, se faz necessário pensar em um currículo que atenda a essas finalidades. Documentos legais, como as Diretrizes Curriculares, indicam que o currículo deve promover práticas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

Durante muito tempo o currículo era associado apenas ao ensino sistematizado de conteúdos específicos e por isso pouco vinculado à educação infantil. Mas, novas concepções foram mostrando que o currículo deve contribuir para as práticas e vivências pedagógicas significativas para as crianças. Bujes (2001) aponta que ele deve ser produtivo e interativo, sendo o conhecimento produzido na interação educacional. Garantindo assim, o direito da criança de ter acesso a experiências que promovam o conhecimento e o seu desenvolvimento pleno e integral.

Tendo como uma das funções do currículo orientar o trabalho pedagógico na instituição de educação infantil, é possível fazer um trabalho de qualidade sem esse documento que norteie a prática? Ele é mesmo tão importante ou é apenas mais documento da escola?

A instituição pesquisada na qual estou inserida como parte do corpo docente, ao longo dos seus 10 anos de existência, ainda não elaborou efetivamente esse documento. O currículo, na verdade, aparece dentro do Projeto Político Pedagógico, mas apenas elencando de forma bem superficial alguns conteúdos a serem trabalhados com a criança, sem nenhum embasamento teórico ou legal que dê sustentação ao trabalho pedagógico.

Percebe-se, então, a necessidade do registro escrito do currículo para a efetivação da prática pedagógica, e ao assumir o cargo de coordenação pedagógica, senti a necessidade de saber mais sobre esse tema e refletir junto à gestão e ao grupo de professoras como o currículo pode transformar ou consolidar as práticas educativas que acontecem no interior da escola. Práticas essas que acontecem, mesmo sem a definição de um currículo que atenda as demandas da instituição. Levando assim a um questionamento: O currículo é imprescindível ou não?

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar qual é a perspectiva das professoras, que atuam na UMEI-Juliana, sobre o currículo enquanto orientador do trabalho pedagógico. Tendo como objetivos específicos, analisar o papel que elas atribuem ao currículo, averiguar de que forma as professoras conduzem suas práticas sem um documento norteador e verificar que concepção de currículo vigora entre o corpo docente.

A metodologia proposta para este estudo foi a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica teve como objetivo trazer referenciais teóricos sobre o tema, buscando autores que discutem o assunto e trazem definições de currículo e apontam sua importância na construção de uma educação de qualidade. Foram analisados também os documentos oficiais que buscam orientar sobre a implementação do currículo nas instituições.

Quanto à pesquisa de campo, procurou-se produzir dados capazes de responder às indagações levantadas. E a captação desses dados se deu por meio de questionário, que foi entregue para algumas professoras. O plano de ação teve como foco a apresentação de pontos relevantes sobre o tema, com o objetivo de levar o corpo docente a refletir sobre a importância do currículo na instituição e como ele pode favorecer na qualidade do trabalho com as crianças pequenas.

2 – CURRÍCULO: ALGUMAS DEFINIÇÕES

O currículo recebeu inúmeras definições ao longo do tempo e essas definições variavam conforme o autor, a época e a ideologia predominante.

Inicialmente currículo tinha como significado conjunto de atividades e/ou conteúdos específicos; grade curricular com disciplina; conjunto de emendas e programas das disciplinas/atividades ou planos de ensino do professor. Posteriormente o currículo foi entendido também como experiências propostas e vividas pelos alunos (LOPES; MACEDO, 2013).

Para Lopes; Macedo (2013, s.p) “cada nova definição não é uma nova forma de descrever o objeto currículo, mas parte do argumento mais amplo no qual a definição se insere”. Isto é, para que aconteça o movimento de criação de novas definições, seja para negá-la ou reconfigurá-la, sempre se recorre às definições anteriores.

Etimologicamente, o termo currículo vem da expressão latim *curriculum*, que quer dizer pista ou circuito atlético. Tendo também como significado ordem com sequência e ordem com estrutura. (SANTOS; PARAÍSO, 1996, p.82). Na mesma raiz de *curriculum*, encontramos a palavra *currere*, que se refere à carreira, entendendo esta como um percurso daquilo que o aluno deverá aprender e superar. (SACRISTÁN, 2010)

Vale lembrar que quando se fala em currículo pode-se pensar nas várias formas dele se concretizar ou realizar dentro da escola. No chamado currículo formal, onde há um planejamento que orienta o trabalho, fica muito claro o que se quer e onde se deseja chegar, seja numa disciplina, seja numa série/etapa específica. Segundo Santos; Paraíso (1996. p.84), o currículo formal “abrange todas as atividades e conteúdos planejados para serem trabalhados na sala de aula”. Um exemplo de currículo formal é o Projeto Político Pedagógico da escola, os planos de ensino ou os planejamentos.

Já o currículo em ação ou currículo real, é o que de fato acontece na sala de aula. É a efetiva prática do que foi planejado, podendo haver modificações desse planejamento por situações não previstas. Para Sacristán (2010, p. 26) “currículo real é constituído pela proposição de um plano ou texto que é público e pela soma dos conteúdos das ações que são compreendidas com o intuito de influenciar as crianças”.

Ao longo da história da educação brasileira a concepção de currículo foi se modificando conforme a época. Nos anos 60 com influência da Escola Nova, entendia-se por currículo as experiências que os estudantes vivenciavam, sob a coordenação da escola. Já nos anos 70, sob influência tecnicista, o currículo era carregado de racionalidade técnica com objetivos educacionais bem específicos e uma seleção de conteúdos a serem transmitidos na escola com o intuito de se atingir tais objetivos. Mas, foi nos anos 80 que o currículo passou a ser problematizado sob a ótica política, econômica e sociocultural, passando a ser entendido como “todas as experiências e conhecimentos proporcionados aos estudantes no cotidiano escolar.” (SANTOS; PARAÍSO, 1996, p. 83).

O currículo, sendo um elemento político e cultural, passa a ser visto não apenas como um transmissor de uma cultura alheia, mas, sobretudo um produtor, um criador e um transgressor cultural, como enfatizam Santos, Paraíso (1996).

De acordo com Amorim (2010),

“o currículo é concebido como uma produção social, como um artefato que expressa à construção coletiva daquela instituição e que organiza o conjunto das experiências de conhecimento a serem proporcionadas aos educandos”. (AMORIM, 2010, p.457)

O currículo, a partir de uma perspectiva mais crítica, passa a ser visto não mais como um instrumento de transmissão de um determinado conhecimento. Ele assume a função de produtor e criador de significados. Mais que um mero veículo transmissor de algo para ser passivamente absorvido, ele se torna “um terreno em que ativamente se criará e produzirá cultura”. (MOREIRA; SILVA, 2002, p.28). Sendo assim, pode considerá-lo como um artefato cultural, uma vez que ele é produzido em um dado momento histórico e inseparável da cultura.

Segundo Moreira; Silva (2002), o currículo é considerado um artefato cultural e social, porque ele vem carregado de história, além de produzir identidades individuais e sociais. E sobretudo, o currículo não é elemento neutro de transmissão de conhecimento social.

Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (MOREIRA; SILVA, 2002, p. 7-8).

Moreira (2008) ressalta que, a garantia de uma educação de qualidade passa pelo currículo. Ele enfatiza que o currículo é o coração da escola, pois é através dele que todas as ações pedagógicas acontecem. Na sua visão currículo é definido como um “conjunto de experiências pedagógicas organizadas e oferecidas aos alunos pela escola, experiências essas que se desdobram em torno do conhecimento”. (MOREIRA, 2008, p.6)

Já Sacristán (2010) pontua que o currículo expressa o projeto cultural e educacional de uma instituição. E o currículo não se configura apenas no texto, ele se constitui também em uma ferramenta de regulação de práticas pedagógicas. Segundo ele, “o currículo tem a capacidade ou um poder de inclusão que nos permite fazer dele um instrumento essencial pra falar, discutir e contrastar novas visões sobre o que acreditamos ser a realidade da educação” (SACRISTÁN, 2010, p.9)

2.1 Currículo na Educação Infantil

Na educação infantil, entretanto, o termo currículo por muitos anos associado a conteúdos, foi de certa forma rejeitado por muitos autores. Oliveira (2010) destaca que a associação do termo currículo à escolarização com a ideia de disciplinas, fez com que muitos educadores e especialistas adotassem a expressão “projeto pedagógico”, para se referir ao trabalho desenvolvido com as crianças. Contudo, o uso desses termos hoje depende da concepção de cada autor.

Kramer (2002), por exemplo, não estabelece diferença conceitual entre currículo e proposta pedagógica. Para ela um currículo ou uma proposta pedagógica “reúnem

tanto as bases teóricas quanto as diretrizes práticas nelas fundamentadas, bem como aspectos de natureza técnica que viabilizam sua concretização”. (KRAMER, 2002, p.19). Na sua concepção ambos são relacionados ao contexto escolar e vistos de forma ampla, dinâmica e flexível.

Contudo, partindo do pressuposto de que uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar, Kramer (1997) afirma que toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada e que toda proposta contém uma aposta, que nasce de uma realidade que pergunta e é também a busca de uma resposta.

Para Sales; Faria (2012) Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico referem-se a uma visão mais abrangente do currículo. Diz respeito ao conjunto de princípios e ações que rege o cotidiano das instituições. Elas denominam Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico como

a busca de construção da identidade, da organização e da gestão do trabalho de cada instituição educativa. O projeto reconhece e legitima a instituição educativa como histórica e socialmente situada, constituída por sujeitos culturais que se propõe a desenvolver uma ação educativa a partir de uma unidade de propósitos. (SALES; FARIA, 2002, p.20)

Já Oliveira (2010), avalia que o projeto pedagógico é o plano orientador das ações da instituição, definindo metas que possam ampliar e garantir determinadas aprendizagens consideradas valiosas. E para que tais metas sejam cumpridas é necessário que a instituição organize seu currículo.

Bujes (2001) pontua que o processo educativo inicia-se a partir das experiências culturais vivenciadas pelas crianças. Tais experiências que ocorrem nas trocas entre sujeitos numa produção de sentidos e criação de significados, ela denomina como currículo. Segunda ela, “não é o conhecimento preexistente que constitui o currículo, mas o conhecimento que é produzido na interação educacional”. (BUJES, 2001, p.19)

A experiência curricular na educação infantil, para Bujes (2001), vai além de dominar informações e desenvolver o raciocínio. Exige um olhar mais apurado sobre a criança, possibilitando-a desenvolver o pensamento, a sensibilidade, as habilidades, o gosto por manifestações culturais, o domínio do corpo, entre outros. Nesse sentido a criança é vista como sujeito ativo e criativo.

Zabalza (2007) também avalia que é preciso levar em conta as experiências já vividas pela criança e tê-la como ponto de partida e como referencial para o planejamento. Ele ressalta que o currículo, “além de oferecer-nos um mapa de espaços formativos aos quais é preciso atender, constitui uma espécie de “chamada de atenção” para não agir mimeticamente demais em relação à cultura do meio ambiente”. (ZABALZA, 2007. p. 22)

Tendo a escola como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança, o currículo da educação infantil deverá contribuir para as práticas e vivências pedagógicas com aprendizagens significativas. Nesse sentido, as DCNEI/2009 em seu art. 3º apresentam o currículo como:

conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo, a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, DCNEI, 2009, art. 3º)

A ideia de currículo que emerge nas Diretrizes faz uma relação entre a vida da criança e o conhecimento acumulado pela humanidade, numa junção de conhecimento com experiência. Valorizando o saber da criança, objetivando seu desenvolvimento no processo de ampliação do conhecimento.

Para as DCNEI a criança, sujeito histórico e de direitos, é o centro do planejamento curricular. E as práticas pedagógicas, tendo como eixos as interações e as brincadeiras, visam oportunizar experiências que garantam à criança

acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças”. (BRASIL, DCNEI, 2009, art. 8º).

As Proposições Curriculares para a educação Infantil de Belo Horizonte, por sua vez, entendem como currículo

conjunto de práticas, modos de organização e funcionamento de cada instituição, habilidades, atitudes e conhecimentos mais significativos a serem desenvolvidos e ampliados pelas crianças, definido coletivamente pelo conjunto de pessoas envolvidas com cada agrupamento de crianças de cada instituição. (BELO HORIZONTE, 2009, p. 85)

Para as Proposições Curriculares a criança além de competente é um sujeito histórico, social e essencialmente cultural. Sendo assim, toda a carga de cultura que ela recebe do meio em que vive deve ser considerada como componente curricular. As proposições também apontam que o autocuidado, o cuidado, as práticas culturais e a autonomia moral são elementos fundamentais do currículo.

Seja qual for o termo usado, percebe-se que há na verdade uma preocupação em desconstruir a ideia de currículo apenas como grade de disciplinas. As concepções apresentadas superam a visão retrógrada de currículo. A concepção que vigora atualmente nos remete a uma visão mais ampla e crítica, que leva em consideração todos os sujeitos envolvidos na prática pedagógica. E que evidencia a importância de se levar em conta o contexto histórico, social e cultural da criança.

É importante destacar que, mesmo não havendo um currículo definido na instituição, ele está de certa forma acontecendo. Entretanto, ter um currículo estruturado é fundamental para dar sustentação às ações educativas que acontecem na instituição.

Como o currículo hoje tem uma conceituação mais ampla e crítica, e por ser um termo mais largamente conhecido, fiz a opção dessa terminologia ao longo do trabalho.

3 – Breve histórico da educação infantil

A origem das instituições de educação infantil se deu entre os séculos XVI e XVII e pode-se dizer que sua origem está atrelada às grandes mudanças na sociedade e nas famílias. Bujes (2001, p.14), destaca que isso se deu com o trabalho materno fora do lar e com a revolução industrial.

As primeiras instituições surgidas na Europa tinham como objetivos a formação de hábitos morais e religiosos como também prover o cuidado e a educação moral e intelectual das crianças. Assim, desde o seu início, de acordo com Andrade (2010) é revelado o caráter ideológico do projeto educacional dessas instituições pautadas em um projeto de educação para a submissão. Bujes (2001) relata que a educação nessa época tinha como objetivo:

(...) proteger a criança das influências negativas do seu meio e preservá-lhe a inocência, em outros, era preciso afastar a criança da ameaça da exploração, em outros, ainda, a educação dada às crianças tinha por objetivo eliminar as suas inclinações para a preguiça, a vagabundagem, que eram consideradas características das crianças pobres. (BUJES, 2001 p.14)

No Brasil, as primeiras instituições infantis tinham dois enfoques diferentes; as creches, que atendiam crianças pobres, órfãs e abandonadas, tinham como concepção a assistência e a higiene das crianças. Segundo Bujes (2001) médicos higienistas e psicólogos eram quem indicavam de forma bem restrita o que constituía um desenvolvimento normal da criança. Não havia um compromisso com o desenvolvimento infantil e nem com os direitos fundamentais da infância, afirma Andrade (2010). Havia na verdade um olhar apenas para as questões psicológicas e patológicas da criança. Bujes (2001) relata que em função disso muitas práticas discriminatórias eram exercidas em nome do que era “certo”, “normal” e “adequado” em relação às condutas humanas. Já os jardins de infância que tinha um caráter educacional, atendiam crianças oriundas de famílias mais abastadas.

O reconhecimento dos direitos da infância no Brasil é fato recente, e se deu com a promulgação da Constituição de 1988. Andrade (2010) lembra que a história dos direitos da criança é uma construção social, configurada por lutas, avanços, embates e desafios.

O marco para a mudança na trajetória dos direitos da criança no Brasil foi à década de 1980. Pois, até então a questão da infância era tratada no campo do “amparo” e “assistência”. A constituição de 1937, dizia que cabia ao Estado Novo o cuidado e amparo à infância. Já a constituição de 1946, defendia a educação como direito de todos. Andrade (2010), afirma a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 4024/1961, refere-se à educação infantil de forma discreta. Prevendo que o atendimento às crianças menores de sete anos fosse oferecido através de escolas maternais, jardins de infância ou por empresas que tinham em seu quadro de funcionários mulheres com filhos pequenos. Com a Constituição de 1967, a ideia de assistência à infância é reiterada.

Mas, foi com a Constituição de 1988 que um novo momento da legislação da infância surge, ao reconhecer a criança como cidadão e colocando o Estado como responsável pela educação infantil em creches e pré-escolas. E com isso, os debates sobre a importância e as funções das instituições infantis foram se ampliando.

Essas instituições passaram a ser vistas como um lugar de educação e cuidado para as crianças pequenas. Segundo Andrade (2010), elas passaram a ser legitimadas como instituições educativas. Tendo a criança no centro da ação, passou a expressar seu objetivo educacional na importância da infância para o desenvolvimento do ser humano. Andrade (2010) ressalta que “o objetivo político vincula a questão da educação infantil na formação do cidadão, reconhecendo a criança como cidadão desde o nascimento”. (ANDRADE, 2010, p.92)

O atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis¹ anos de idade passou a ser um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208/ inciso IV, que diz “ O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade”

A Constituição Federal de 1988 promulga Lei de Diretrizes de Bases da Educação

¹ Texto alterado em 2006 -
IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Nacional, Lei 9394/1996, onde a educação infantil se integra à primeira etapa da educação básica, tendo por finalidade o desenvolvimento integral da criança em complemento à educação da família.

Art. 29º. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996)

Atualmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil vem propor novas demandas para as instituições, especialmente em relação às orientações curriculares e elaboração de projetos pedagógicos. Propondo também práticas pedagógicas que devem ter como eixos norteadores as interações e as brincadeiras, contemplando as linguagens (corporal, oral, escrita, artística, matemática, musical, natureza e sociedade), favorecendo assim, o desenvolvimento integral da criança.

Colocando assim, educação infantil nos dias de hoje num patamar de extrema relevância na vida da criança. Tendo por finalidade o desenvolvimento humano e social da criança, num caráter essencialmente educativo. E o lugar da criança na política pública de educação é o de sujeito histórico, protagonista e cidadão. Com direito a educação desde o nascimento, em estabelecimentos educacionais com a função de cuidar/educar de forma indissociável, para o seu desenvolvimento integral nos aspectos físico, social, afetivo e cognitivo.

Em Belo Horizonte, o atendimento à Educação Infantil iniciou-se em 1957, com a inauguração do primeiro jardim de infância. Mas havia também turmas de educação infantil em escolas de ensino fundamental. Entretanto, o atendimento nesses espaços dependia do cadastro escolar para o 1º ciclo. E muitas vezes esse atendimento era realizado em condições inadequadas. Revelando com isso, que não havia nesse período uma política pública voltada para Educação Infantil no município.

Muito se discutiu ao longo dos anos a respeito da educação infantil, porém, foi só em 1993 que surgiram ações políticas mais sistematizadas para melhorar o atendimento. Mas, foi com a promulgação da LDBEN 9394/1996 que a Educação Infantil passou a ter a sua importância reconhecida, com um direcionamento político

para a sua consolidação. Para se adequarem à LDBEN, muitas instituições revisaram seus Projetos Políticos-Pedagógicos, com o intuito de proporcionar as crianças de zero a cinco anos, práticas mais significativas e adequadas. Todavia, essa busca pela melhoria do atendimento, não resolvia o problema da falta de vagas para as crianças de três a cinco anos e a falta de atendimento público para as crianças de zero a três anos. Para resolver a questão da ampliação de atendimento na educação infantil, criou-se as Unidades Municipais de Educação Infantil- UMEI. Com atendimento integral para as crianças de zero a dois anos e atendimento parcial para as crianças de três a cinco anos. As primeiras UMEIs começaram a funcionar em 2004 e hoje conta com cem unidades na cidade.

As UMEIs hoje são reconhecidas pela sociedade como espaço educativo, que busca possibilitar vivências e experiências organizadas de forma intencional, com o intuito de promover o desenvolvimento integral da criança. Dando a ela oportunidade de construir uma visão de mundo e de si mesma. A partir de um atendimento de qualidade, que respeita a criança com suas características e necessidades.

4 - O LUGAR DO CURRÍCULO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A necessidade de se estabelecer um currículo para a Educação Infantil teve início nos anos 80. Acirraram-se os debates sobre o tema, apontando avanços nos estudos sobre currículo e educação infantil. Começou assim, um delineamento para um projeto pedagógico em que se buscou romper com as práticas assistencialistas vigentes até o momento. Andrade (2010) descreve que

a história do atendimento à infância que antecede a Constituição de 1988 demonstra o predomínio da ação de assistência social à infância desenvolvida por várias instituições, como os asilos infantis (século XIX), as creches, as escolas maternas e o jardins de infância” (ANDRADE, 2010, p.91).

Em 1995 ocorreram vários debates sobre proposta pedagógica ou proposta curricular. O Ministério da Educação (MEC), através da Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI), solicitou pesquisadoras brasileiras que produzissem textos sobre o tema, a partir da seguinte questão: "o que é proposta pedagógica e currículo em educação infantil?".

Para atingir o objetivo de construir um paradigma norteador do projeto de Educação Infantil, o MEC/COEDI

definiu como ação prioritária o incentivo à elaboração, implementação e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares coerentes com as diretrizes expressas na Política e fundamentadas nos conhecimentos teóricos relevantes para a educação infantil. (BRASIL, 1996a, p. 08).

Inicialmente foi feito um diagnóstico a respeito das propostas pedagógicas/curriculares em curso no país. Foi constituída uma equipe de trabalho que desenvolveu o projeto "Análise de propostas pedagógicas e curriculares em Educação Infantil". Resultando na publicação do documento "Propostas Pedagógicas e Currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise".

Concluiu-se com esse documento, que havia um consenso sobre a natureza dinâmica e aberta do currículo da educação infantil e também uma preocupação com a contextualização histórico-social do currículo e da importância da participação da comunidade escolar na sua elaboração.

Contudo, o MEC propôs um Currículo Nacional para a Educação Infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), que integra a série de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esse documento se apresenta como um guia de reflexão de cunho educacional para os profissionais da educação infantil, contribuindo para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas.

O Referencial tem como objetivo

contribuir com o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo a construção de propostas educativas. (BRASIL, RCNEI, 1998).

Reconhecendo o educar, o cuidar e o brincar no desenvolvimento das crianças, enfatizando a importância da aprendizagem em situações orientadas, colocando como grande desafio para a educação infantil, considerar a criança como sujeito de direitos.

Todavia, o RCNEI recebeu várias críticas, pois o MEC desconsiderou as produções teórico-metodológicas nacionais, seguindo parâmetros internacionais. Kramer (1997) apresentou duras críticas a esse respeito. Segundo ela, a elaboração desse documento não privilegiou a participação ampla dos setores interessados nessa questão e nem a grande população, deixando as decisões curriculares a cargo de especialistas isolados. Ela enfatizava que uma "prática pedagógica não é transformada a partir de propostas bem escritas" (KRAMER, 1997 p. 16). Mas sim, com a participação efetiva da sociedade, seja na produção da proposta, no confronto de ideias ou na tomada de decisões, num exercício pleno da cidadania.

Diante das várias críticas, o MEC reelaborou algumas questões, voltando-se para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Em 1999, saiu a Resolução nº 01/1999 da Câmara Nacional de Educação Básica (CBE) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Essas têm por objetivo orientar as instituições de educação infantil na "organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas" (BRASIL, DCNEI, 1999, art. 2º).

As DCNEIs (1999) dão às instituições autonomia para elaborar, executar, acompanhar e avaliar sua proposta pedagógica.

Novas diretrizes foram elaboradas em 2009, reafirmando assim sua importância. Com a aprovação da Resolução CNE/CEB nº 05/2009, houve a revogação da Resolução CNE/CEB nº 01/1999. Um diferencial das novas diretrizes é a clara explicitação dos conceitos de currículo, de criança, de Educação Infantil e de Proposta Curricular. Para Oliveira (2010, p.1), essas Diretrizes “representam uma valiosa oportunidade para se pensar como e que direção atuar juntos às crianças a partir de determinados parâmetros.”.

As Diretrizes funcionam como um instrumento orientador do trabalho pedagógico com o objetivo de desenvolver o educando e garantir a qualidade na educação infantil.

O documento Proposições Curriculares para a Educação Infantil de Belo Horizonte, vem propor que o currículo seja construído por todos os envolvidos no processo educativo. Explicitando concepções, princípios, conhecimento, procedimentos e atitudes que devem orientar e organizar as experiências educativas. Considerando o contexto social e as características de cada instituição. Entendendo o currículo como um caminho que deve ser elaborado, analisado periodicamente e sempre que necessário reformulado.

5- CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A UMEI Juliana foi uma das primeiras a começar o atendimento em Belo Horizonte. Ela foi inaugurada no dia 23 de agosto de 2004, para atender crianças de 0 a 5, e hoje está vinculada à E.M. Francisco Magalhães Gomes. Ressalta-se que, durante oito anos a UMEI esteve vinculada a E.M. Acadêmico Vivaldi. Há uma direção única para ambas às instituições e duas vices- direções, uma para a UMEI e outra para a escola polo.

O atendimento se dá com um quadro de funcionários que se totaliza em 34 professoras, sendo que 2 (duas) professoras ficam responsáveis pela coordenação pedagógica. Ressalta-se que os primeiros Educadores Infantis desse Município compõem o quadro de profissionais dessa instituição, e vivenciaram situações de grande relevância para a construção dos tempos, espaços, rotinas e formas de convivência plena, em busca de qualidade no trabalho.

A UMEI Juliana atende hoje 240 (duzentos e trinta) crianças. O atendimento acontece em período integral para crianças de 0 a 2 anos e em período parcial para as crianças de 3 a 5 anos, nos turnos manhã e tarde. A educação infantil é contemplada por dois ciclos, sendo que o 1º ciclo atende a crianças de zero a dois anos e o 2º ciclo atende a crianças de três a cinco anos.

No início das atividades da UMEI JULIANA, boa parte da clientela atendida era de crianças muito carentes oriundas de um aglomerado próximo à escola. Mas, atualmente a clientela é bem mais diversificada, apresentando um perfil bem diferente do que era visto no início do atendimento da instituição. Temos hoje famílias mais preocupadas com as questões pedagógicas e que esperam uma qualidade no atendimento para seus filhos. As crianças por sua vez, em sua maioria não se enquadram no perfil de vulnerabilidade social.

Os recursos materiais como mobiliário e equipamentos necessários às atividades cotidianas são adequados. Para as atividades com as crianças a escola possui uma sala multiuso, dois espaços externos específicos para as atividades de recreação, uma trilha ecológica e um viveiro com patos e galinhas.

No que se refere ao ambiente educativo, a UMEI Juliana busca oferecer às crianças um espaço de ensino aprendizagem que tem como finalidade, o seu desenvolvimento integral, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da sua família e da comunidade na qual está inserida.

6 - METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, visando um estudo sobre a importância do currículo numa instituição de educação infantil, analisando o papel que as professoras atribuem ao currículo. Para concretização deste estudo, foram utilizados os seguintes instrumentos de investigação: pesquisa bibliográfica e questionário. Foi escolhido como campo de investigação a UMEI Juliana. Após a realização da pesquisa bibliográfica e documental, foi entregue um questionário para sete professoras, com perguntas abertas, com o objetivo de verificar que concepção de currículo vigora entre o corpo docente e como elas conduzem suas práticas sem um documento norteador na instituição. O questionário foi uma ferramenta importante, pois com ele foi possível obter respostas mais rápidas e precisas que ajudaram a produzir dados importantes a respeito do tema tratado.

7- ANÁLISE DOS DADOS E O PLANO DE AÇÃO

Após a pesquisa bibliográfica, foi entregue um questionário com seis perguntas a sete professoras, a fim de verificar que concepção de currículo vigorava no corpo docente e como elas conduziam suas práticas pedagógicas sem esse documento. E para efetivar o plano de ação ocorreu uma apresentação para as professoras com o intuito de expor o objetivo da pesquisa e a análise dos questionários, com o intuito de iniciar uma mobilização para a escrita do currículo da escola. Nesse momento foi apresentado também alguns conceitos sobre o que é currículo e qual a sua relevância para a escola de educação infantil.

7.1 Análise dos questionários

Tendo como objetivo da pesquisa identificar e analisar qual é a perspectiva das professoras que atuam na UMEI Juliana sobre o currículo enquanto orientador do trabalho pedagógico foi dado a sete professoras, que atuavam nos dois ciclos da educação infantil, um questionário com seis perguntas. O único critério para a escolha foi contemplar professoras dos dois ciclos, sem levar em conta perfil ou forma de atuação no trabalho com as crianças.

A finalidade desse questionário foi analisar o papel que as professoras atribuem ao currículo, investigando de que forma elas conduzem suas práticas sem um documento norteador. Procurou-se verificar também, que concepção de currículo vigorava entre o corpo docente.

A primeira questão analisa foi como as professoras compreendem o currículo. Na concepção de uma das professoras “currículo é um descritivo de conteúdos e saberes necessários para cada ano de escolaridade e segmento da Educação Básica”. Entendendo com isso a necessidade de se ter um documento que indique o que trabalhar com as crianças. No entanto, o currículo não pode se limitar a lista de conteúdos a serem trabalhados, ele traz muito mais elementos, ele constrói a identidade da escola e das crianças.

Já outra professora compreende o currículo como “ as formas de organizações, fazeres, planejamentos, tempos, espaços para que o processo de ensino aprendizagem ocorra de uma maneira harmônica e eficaz”. Mostrando-se assim,

uma compreensão mais abrangente de currículo.

As demais professoras compreendem o currículo como um norteador/orientador do trabalho pedagógico. Entretanto, a palavra norteador vem acompanhado das palavras atividades, práticas, processo ensino-aprendizagem. E isso nos mostra que implicitamente essa compreensão está mais atrelada à ideia de lista de atividades/conteúdos para se trabalhar com as crianças.

Kramer (2002) ressalta que

o currículo inclui definições sobre o tipo de escola que se deseja, o que se pretende oferecer, a forma de administrá-la, contexto histórico, ideológico, filosófico, sociológico, cultural, político, econômico e psicológico em que se insere (...). (KRAMER, 2002, p.71)

É preciso esclarecer entre o corpo docente que a construção de um currículo, não se restringe a ações para domínio de informações ou desenvolvimento do raciocínio, como adverte Bujes (2001). Segundo ela, a experiência curricular exige um olhar mais apurado sobre a criança. Isso implica uma prática de vivências pedagógicas com aprendizagens significativas. Mas é preciso também levar em conta as experiências já vividas pelas crianças, conforme avalia Zabalza (2007). Sendo ela, sujeito histórico e social, imerso numa determinada cultura, tem que ser levada em conta para se elaborar o currículo.

Pensar num currículo para educação infantil requer ir além de elencar o que pode e deve ser trabalhado com as crianças. Nesse sentido, Kramer (2002) assegura que currículo é identidade, que reflete valores e concepções.

Andrade (2010) afirma que

ao pensarmos na elaboração dos conteúdos curriculares na educação infantil, tão ou mais importante que buscarmos respostas sobre o que ensinar é o questionamento sobre como esses conteúdos e conhecimentos contribuirão no desenvolvimento e na vida das crianças” (ANDRADE, 2010, p. 117).

Quanto à importância atribuída ao currículo, mais uma vez fica explícito o caráter norteador/orientador dado a ele. Algumas respostas dadas pelas professoras apontam para esse indicativo. As professoras relatam a importância do currículo sob a perceptiva que ele seja “o eixo norteador do meu trabalho”; ou “para não deixar o trabalho solto”; e também para “nortear a elaboração do planejamento (...) dando

condições de serem trabalhados conteúdos essenciais ao desenvolvimento educacional”.

Para as professoras entrevistadas a importância do currículo gira em torno de se ter um documento que indique o que trabalhar com as crianças. Nesse sentido o currículo funciona apenas como um documento que indicará ao professor o que se trabalhar com as crianças. Isso revela o quanto ainda precisa ser explorada outras dimensões do currículo na educação infantil, especificamente na instituição em que foi realizada a pesquisa.

Quanto ao planejamento, a maioria das professoras relatam que utilizam as Proposições Curriculares para a Educação Infantil de Belo Horizonte como uma das fontes pesquisadas para elaborar o seu planejamento. Citam em especial as proposições, por constituir-se um documento oficial do município que tem por objetivo explicitar “concepções, princípios, conhecimentos, procedimentos e atitudes que devem orientar e organizar as experiências escolares das Instituições da Educação Infantil”. (BELO HORIZONTE, 2013, p. 42)

Entretanto, mesmo consultando as Proposições percebe-se que isso não tem sido o suficiente para que o planejamento ocorra de forma satisfatória. Pois, as dificuldades apresentadas no questionário são reflexos da falta de um documento que direcione o trabalho. As professoras mencionam diversas dificuldades para a elaboração do seu planejamento, algumas mencionam a dificuldade na organização e otimização do planejamento, outras apontam a dificuldade em determinar objetivos claros a serem alcançados com as crianças. Com isso é possível perceber que falta objetividade e clareza do que se quer e sobre o que realmente tem que ser trabalhado. O que mostra de forma evidente a necessidade da elaboração do currículo nesta instituição. A falta dele tem indicado que o trabalho pedagógico de maneira geral acontece, entretanto, as entrevistadas demonstram certa insegurança ao elaborar seu planejamento.

A partir do exposto, faz-se necessário ampliar a visão de currículo entre as professoras, pois, a ideia que ainda que se tem é de um documento que elenca conteúdos. Segundo as Proposições Curriculares “currículo não é um texto ou uma lista de conteúdos, mas um projeto de educação desenvolvido conjuntamente por todos os sujeitos envolvidos na prática educativa.” (BELO HORIZONTE, 2013, p 40).

O currículo tem a função de nortear o trabalho, mas também constrói a identidade da instituição, e essa compreensão passa pela formação do corpo docente. Andrade (2010), afirma que

a organização curricular das instituições de educação infantil precisa considerar a construção de uma proposta pedagógica que, ao favorecer o desenvolvimento e aprendizagem infantil, contemple a formação dos profissionais envolvidos no cuidado e educação das crianças e promova a participação efetiva das famílias no projeto pedagógico das instituições. (ANDRADE, 2010, p. 118)

Segundo as Proposições Curriculares o currículo é um “caminho, elaborado e traçado solidariamente pelos atores do processo educativo”. (BELO HORIZONTE, 2013, p. 46)

Pensar somente em conteúdos quando se fala em currículo, reduz todo o seu potencial e deixa de lado o sujeito principal, que é a criança. E desconsidera elementos que são essenciais para a sua construção. Como por exemplo: as vivências e experiências das crianças, os saberes, as linguagens, a rotina, o cuidar, as interações, tempos e espaços. Bem como as questões voltadas para a diversidade, gênero, relações étnicos raciais, pluralidade cultural e outros.

7.2 Plano de ação

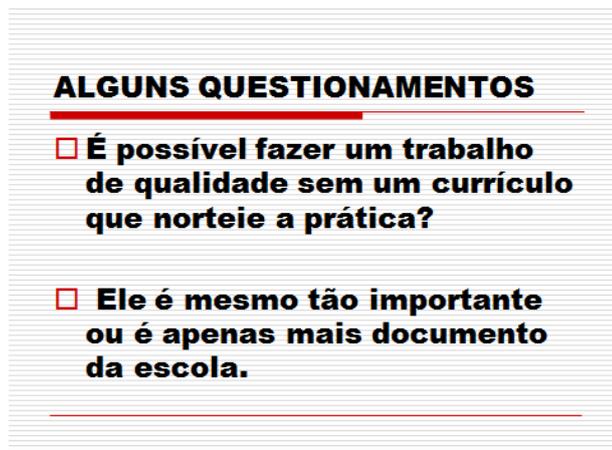
Após a análise do questionário, foi realizado com as professoras um momento de apresentação, com o tema “A importância do Currículo”. Este momento teve como objetivo não somente a apresentação do tema, mas suscitar uma reflexão sobre a importância que o currículo deve ter no processo ensino-aprendizagem das crianças atendidas na instituição UMEI- Juliana. A ideia foi trazer uma apresentação no Datashow, para expor os questionamentos que me impulsionaram a realizar este trabalho e o objetivo da pesquisa. Foi apresentado também a percepção de currículo segundo o que foi respondido no questionário pelas professoras e também a definição de currículo segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e as Proposições Curriculares para Educação Infantil de Belo Horizonte.

Essa apresentação ocorreu na reunião pedagógica que acontece na escola uma vez por mês. O objetivo destas reuniões é de promover a formação do professor, sendo assim o momento era propício para iniciar as discussões sobre esse tema.

Vale ressaltar que a participação nas reuniões pedagógicas é por adesão, portanto, não contava com a participação de todas as professoras. Mas, havia um número significativo de professoras presentes.

A apresentação ocorreu da seguinte forma:

Slide 1



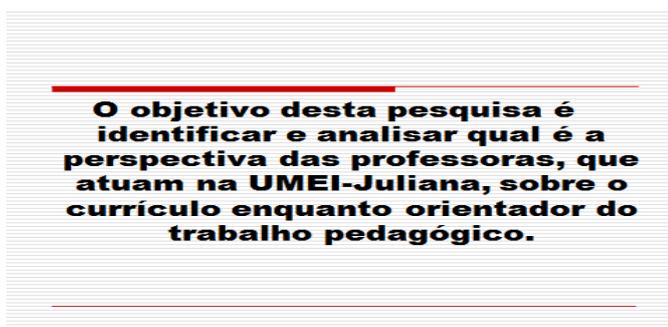
ALGUNS QUESTIONAMENTOS

- É possível fazer um trabalho de qualidade sem um currículo que norteie a prática?**
- Ele é mesmo tão importante ou é apenas mais documento da escola.**

Esses questionamentos impulsionaram a realização da pesquisa e o objetivo neste momento foi fazer com que as professoras pensassem na real importância desse documento. Após o levantamento dessas questões, pontuou-se que mesmo o trabalho sendo desenvolvido com qualidade, sem um documento norteador a escola não tem uma linha de trabalho. Entretanto, o documento por si só não garante a qualidade do trabalho, se ele se tornar apenas mais um documento na escola. É preciso efetivamente apropriar-se dele.

Slide 2

Apresentação do objetivo da pesquisa:



O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar qual é a perspectiva das professoras, que atuam na UMEI-Juliana, sobre o currículo enquanto orientador do trabalho pedagógico.

Slide 3

Apresentação da percepção de cada professora pesquisada sobre currículo, feita a partir da análise dos questionários.



O diagrama foi para apresentar a ideia central de cada resposta quanto a percepção de currículo que permeia entre as professoras entrevistadas. É possível observar que a visão que se tem, de uma forma geral, é de currículo como norteador do trabalho. Como um documento que irá descrever o que trabalhar com as crianças.

Slide 4

E para contrapor ou compor a percepção de currículo, foi apresentado a definição de currículo, segundo os documentos oficiais; Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Infantil e Proposições Curriculares para a Educação Infantil de Belo Horizonte.

DEFINIÇÕES LEGAIS

□ conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo, a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação Infantil

DEFINIÇÕES LEGAIS

□ conjunto de práticas, modos de organização e funcionamento de cada instituição, habilidades, atitudes e conhecimentos mais significativos a serem desenvolvidos e ampliados pelas crianças, definido coletivamente pelo conjunto de pessoas envolvidas com cada agrupamento de crianças de cada instituição.

Proposições Curriculares para a Educação Infantil

O uso das definições desses documentos se justifica, por serem eles documentos oficiais e que irão dar base para a construção do currículo. É importante também para perceber se tais definições estão ou não de encontro ao que foi apresentado pelas professoras. O fato é que, a percepção de currículo apresentado no slide anterior precisa ser ampliada e até mesmo revisto.

Slide cinco

Todas as professoras avaliam que o currículo é imprescindível para nortear a prática pedagógica.



Ao finalizar apresentou-se avaliação que as professoras fazem do currículo. Utilizou-se a figura da bússola, por se tratar de um instrumento que nos indica o caminho a seguir. Mas, é preciso ampliar essa perspectiva, considerando como ponto de partida as perspectivas das professoras do currículo como norteador da prática

pedagógica, mas oportunizando ao corpo docente uma reflexão do currículo como um documento que efetivamente seja como eixo esclarecedor das concepções que variam entre as ações dos professores, sendo elas: o cuidar/educar como uma condição de afeto, e o cuidar/educar considerando o tempo, o espaço, a prática pedagógica e a criança em desenvolvimento, a participação e a parceria das famílias. E que esse nortear não se restringe aos conteúdos a serem trabalhados

Os professores presentes, não interferiram na apresentação, mas se mostraram atentas ao que lhes estavam sendo exposto. Com isso, foi estabelecida uma comissão de professoras que juntamente com a direção e coordenação pedagógica irão definir as estratégias para o processo de construção e efetivação do currículo e também a reelaboração do Projeto Político Pedagógico da UMEI- Juliana. A comissão é apenas uma estratégia para otimizar a escrita desse currículo, mas sua formulação ocorrerá de forma coletiva.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa procurou-se apresentar a importância da escrita e da efetivação do currículo na escola de educação infantil UMEI-Juliana.

O currículo é uma questão que precisa ser bem discutida na instituição, pois a falta dele tem causado certo desalinhamento no trabalho. As ações pedagógicas são desenvolvidas, mas falta uma unidade no desenvolvimento dessas ações.

Para a compreensão do tema, fez-se necessária uma busca pelo entendimento do que seria currículo. Essa busca se deu através de diversas fontes bibliográficas e de diversos teóricos, como também pelo entendimento de currículo no contexto histórico, cultural e social. O currículo, antes limitado a uma lista de conteúdos, assume hoje um papel de extrema relevância na escola. A partir de uma compreensão mais ampla, ele busca sistematizar as diversas aprendizagens constituídas no espaço escolar, se deixando influenciar pela cultura e pelas vivências das crianças.

Entender como o currículo se constitui dentro de uma instituição e compreendê-lo como um documento vivo e dinâmico traz um novo olhar sobre a sua importância. De forma alguma ele pode ser visto como mais um documento, antes, ele revela a identidade da instituição. E é através do currículo que a instituição se qualifica e legitima suas ações, evidenciando suas convicções pedagógicas.

No currículo da educação infantil, não cabe simplesmente listar habilidades a serem desenvolvidas com as crianças. É preciso pensar muito além, é necessário pensar na escola que se deseja ter, que concepções e convicções se tem de educação, conhecimento, infância, criança.

O currículo se constrói no diálogo entre crianças, famílias e o corpo docente, emergindo da vida, da cultura, dos valores e das experiências de cada um. Configurando-se não apenas no documento, mas nas ações e interações diárias, seja na hora do cuidar, na hora de ouvir e contar histórias, nas brincadeiras, nas descobertas, enfim, nas práticas educativas cotidianas.

Diante do que foi apresentado pelos diversos teóricos acerca do currículo, ele precisa ser desejado por todos os envolvidos; professores, gestores, alunos e pais. É um documento que deve ser escrito a várias mãos com o objetivo de expressar a identidade da instituição. Identidade esta que revela um fazer pedagógico que busca não somente proporcionar às crianças vivências e experiências que possam contribuir para o seu pleno desenvolvimento. Revelando nas ações educativas o protagonismo da criança, pois, ela é o sujeito central do currículo.

Como foi apontado pelas professoras, o currículo é sim um documento norteador das práticas pedagógicas. Mas ele é também um articulador, um construtor e um produtor de aprendizagens que se dá nas interações entre os sujeitos. Nesse sentido, quando se fala em documento norteador, o que deve prevalecer não é a ideia de listas de intenções pedagógicas e conteúdos, mas sim, à ideia de que o currículo busca nortear tudo que diz respeito à criança enquanto sujeito sócio, histórico e cultural, considerando suas vivências e experiências culturais como elementos curriculares. Garantindo práticas significativas, contextualizadas e com intencionalidade que proporcione experiências pedagógicas envolventes, constituídas de sentido e comprometida com os direitos da infância (ANDRADE, 2010).

Pensar no currículo hoje nos impõe um desafio, pois para que ele aconteça de forma efetiva é necessária a participação real de todos os envolvidos, mas também é preciso que haja uma apropriação desse documento de forma que ele se torne efetivamente o norteador das práticas e ações pedagógicas.

O ponto de partida para a construção do currículo passa pela formação do corpo docente. Essa formação trará contribuições para um embasamento teórico que fomentará as discussões necessárias para a elaboração do documento. Inclui-se também nesse processo a efetiva participação das famílias e obviamente das crianças.

Destaca-se a importância da coordenação pedagógica como a instância que garanta a formação continuada na escola. O papel da coordenação é de extrema relevância, pois ela é a articuladora desse movimento. Promovendo ações que contribuirão não só para a elaboração do currículo, mas para que ele promova uma mudança nas práticas pedagógicas. Dessa forma, pode-se alcançar um afinamento nas ações,

garantindo que a criança se desenvolva de forma plena e integral, sendo respeitado o seu ritmo, sua história e sua infância. Diante de tudo que foi exposto, é plausível dizer que o currículo é sim imprescindível para a instituição.

9. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

AMORIM, Ana Luiza Nogueira; DIAS, Adelaide Alves. **Currículo e educação infantil**: uma análise dos Documentos curriculares nacionais. Espaço do Currículo, v.4, n.2, pp.125-137, setembro de 2011 a março de 2012.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação Infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de Amorim. **Educação infantil e currículo: compassos e descompassos entre os aspectos teóricos, legais e políticos**. Espaço do currículo, v.3, n.1, pp.451-461, Março de 2010 a Setembro de 2010.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de educação. **Desafios da Formação Proposições Curriculares da Educação Infantil**. Volume 1- Fundamentos. Belo Horizonte, 2013.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de educação. **Desafios da Formação Proposições Curriculares da Educação Infantil**. Volume 1- Fundamentos. Belo Horizonte, 2014.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: Pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva. (org). **Educação Infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 13- 22.

BRASIL, Constituição da Republica Federativa do Brasil,1988

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Diário Oficial 23 dez 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1/1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 abril de 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 14 julho de 2010.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/** Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

KRAMER, Sônia. Propostas pedagógicas ou curriculares: Subsídios para uma leitura crítica. **Educação & Sociedade**, ano XVIII, nº 60, dezembro/97.

_____, Sônia. **Proposta pedagógicas ou curriculares:** retomando o debate. Pro-proposições. Vol. 13. n. 2. p.62-82 maio/agosto. 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Proposta pedagógica. Disponível em <cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/.../182618Currículo.pdf> Acesso em 23 de novembro de 2014.

_____, Antônio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Brasília, 2007.48 p.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs); tradução de BAPTISTA, Maria Aparecida. **Currículo, Cultura e Sociedade.** 7º ed. São Paulo: Cortez. 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. O Currículo na Educação Infantil: O que propõem as novas diretrizes nacionais? In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010. p. 1-14

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: _____ (org) **Saberes e incertezas sobre o currículo**. São Paulo Ed. Penso 2010.

p .16 -35

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na educação Infantil**: diálogos com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: ed. Ática, 2012.

SANTOS, Lucília Paixão; PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo. **Presença Pedagógica**, vol. 2, n.7. p. 82- 84 jan/fev.1996.

ZABALZA, Miguel. Os desafios que a educação infantil deve enfrentar nos próximos anos. In: _____ (org) **Qualidade em Educação Infantil**. Ed Artmed. São Paulo: 2007. p. 11-30.